



Política de Privacidade

Versão 00

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	OBJETIVOS	3
3.	DEFINIÇÕES	3
4.	TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS	4
5.	DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS	5
6.	NOSSAS RESPONSABILIDADES	6
7.	CANAIS DE COMUNICAÇÃO	6
8.	DESCUMPRIMENTO DA PSI	6

1. INTRODUÇÃO

A Magni América do Sul é uma subsidiária do Grupo Magni Incorporated dos Estados Unidos, que foi fundada em 1974. Presente no Brasil desde 2002, a Magni América do Sul promove contínuas melhorias em desenvolvimento e pesquisa, produção, marketing e aplicação de revestimentos especiais e de sistemas de revestimento para uma grande variedade de produtos metálicos.

Como resultado, temos uma linha de revestimentos resistentes à corrosão, de durabilidade comprovada por muitos anos de utilização em diferentes climas e testes adaptados aos requisitos da maioria das necessidades na América do Sul. A partir de 2007 a Magni foi homologada para fornecer tintas para tanques de combustível para VW e Fiat.

O laboratório e centro de aplicação estão operando desde 2007 para fornecer análises técnicas e desenvolvimento para nossos clientes e a partir de 2009 a Magni passou a fornecer serviços.

2. OBJETIVOS

Estabelecer diretrizes, princípios e responsabilidades de acordo com leis e regulamentações vigentes, além de orientar na execução das ações relacionadas ao tratamento e segurança dos dados pessoais e ao uso adequado dessas informações pelos colaboradores nos negócios da MAGNI.

3. DEFINIÇÕES

- 3.1. **Alta Direção:** Diretoria da Magni.
- 3.2. **Anonimização:** Utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.
- 3.3. **Bases legais:** São as hipóteses legais que nos autorizam a tratar dados pessoais. Pode ser o seu consentimento, a necessidade de cumprir um contrato ou cumprimento de uma obrigação legal.
- 3.4. **Consentimento:** É a hipótese que autoriza o Tratamento de Dados Pessoais com base na livre manifestação, informada e inequívoca do Titular ao concordar com o Tratamento de seus Dados Pessoais para uma finalidade específica.
- 3.5. **Controlador:** Pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, responsável pelas decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- 3.6. **Cookies:** São pequenos arquivos que transferimos para o seu navegador ou dispositivo (como celular ou tablet) que nos permitem reconhecer o seu navegador ou dispositivo, e saber como e quando as páginas e a plataformas são visitadas, bem como quantas pessoas acessam as plataformas. Eles podem ser úteis para, por exemplo, fazermos as plataformas se encaixarem na sua tela, entender melhor as suas preferências e lhe oferecer produtos ou negócios.
- 3.7. **Dado Pessoal:** Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável. São exemplos de dados pessoais que permitem a sua identificação: Nome, CPF, RG, endereço, telefone celular, e-mail etc.
- 3.8. **Dado Pessoal Sensível:** Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
- 3.9. **Encarregado:** Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, que atua como canal de comunicação entre a MAGNI, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), quando o assunto é a proteção dos seus dados pessoais.
- 3.10. **Eliminação:** Exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado.

- 3.11. **Legítimo Interesse:** É a hipótese que permite que os dados pessoais sejam tratados, sempre que o uso desses dados seja necessário ao atendimento de interesses legítimos, como no contexto de atendimento, no qual pode ser necessário que você forneça algumas confirmações a fim de certificar de que não se trata de uma fraude. A Lei define que os interesses só serão considerados legítimos se a forma de uso dos dados não for contrária à legislação brasileira, e desde que seja dada efetiva transparência de tais usos, bem como sejam respeitados os seus direitos.
- 3.12. **Operador:** Pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
- 3.13. **Partes Interessadas:** Pessoas ou organizações que podem influenciar ou ser afetadas pela sua segurança dos dados pessoais dos titulares envolvidos em negócios ou atividades relacionadas à MAGNI. São exemplos de partes interessadas: funcionários, clientes, fornecedores, prestadores de serviços, entre outros, que possuam dados pessoais envolvidos nas relações com a MAGNI.
- 3.14. **Plataformas:** Página Web.
- 3.15. **Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD):** Documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco.
- 3.16. **Tecnologias:** São todas as ferramentas utilizadas para a identificação pessoal a fim de estabelecer negócios, e coleta de dados pessoais para cumprimento de obrigações legais.
- 3.17. **Titular:** Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objetos de tratamento.
- 3.18. **Tratamento:** Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
- 3.19. **Uso compartilhado de dados:** Comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

4. TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais coletados dependerão do tipo de relacionamento com a MAGNI, a fim de atender os requisitos legais específicos.

Os dados podem ser coletados diretamente por meio de:

- ✓ Formulários;
- ✓ Contratos firmados para fins comerciais, laborais e prestação de serviço;
- ✓ Interação com nossos departamentos;
- ✓ Relações laborais e recursos humanos;
- ✓ Tecnologias relacionadas às plataformas;
- ✓ Forma automática através de cookies.

Podemos compartilhar os dados pessoais com outras organizações para garantir a continuidade das atividades da MAGNI, sempre buscando preservar ao máximo a sua privacidade, integridade, e sempre que possível de forma anonimizada.

Informações detalhadas sobre os dados pessoais (identificação, escopo, finalidade e natureza do tratamento, bem como medidas de segurança, técnica e administrativa e riscos associados) são retidas como informação documentada no “Sistema Dinâmica / Módulo Gestão da Segurança da Informação / Inventário de Dados Pessoais”.

Qualquer dúvida em relação sobre como coletamos e tratamos os seus dados pessoais pode ser respondida por meio do nosso canal de comunicação (ver capítulo 7 desta Política).

5. DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais são propriedades de seus titulares e a legislação brasileira garante que os titulares tenham uma série de direitos relacionados a eles. A MAGNI está comprometida com o cumprimento desses direitos e, neste capítulo, vamos explicar como os titulares podem exercê-los junto a MAGNI:

- ✓ **Confirmação e Acesso:** Permite que o titular possa verificar o tratamento de seus dados pessoais.
- ✓ **Correção:** Permite que o titular solicite a correção dos seus dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados.
- ✓ **Anonimização, Bloqueio ou Eliminação:** Permite que o titular nos peça para:
 - a) anonimizar seus dados, de forma a que eles não possam mais ser relacionados ao titular e, portanto, deixem de ser dados pessoais;
 - b) bloquear os dados do titular, suspendendo temporariamente a sua possibilidade de tratarmos;
 - c) eliminar os dados do titular, caso em que apagaremos todos os dados do titular sem possibilidade de reversão, salvo os casos previstos em lei.
- ✓ **Portabilidade:** O titular tem o direito de solicitar, mediante requisição expressa, que a MAGNI forneça a o titular ou a terceiros que o titular escolher os dados pessoais em formato estruturado e interoperável, para transferência a outra parte, desde que não viole a propriedade intelectual ou segredo de negócios da empresa. Da mesma forma, o titular pode pedir que outras empresas enviem à MAGNI os dados pessoais o titular para facilitar a contratação dos nossos produtos ou serviços.
- ✓ **Informação sobre o compartilhamento:** O titular tem o direito de saber as entidades públicas e privadas com as quais a MAGNI realiza uso compartilhado de dados. Manteremos no “Sistema Dinâmica / Módulo Gestão da Segurança da Informação / Inventário de Dados Pessoais” com quem compartilhamos os seus dados pessoais. Em todo caso, caso o titular tiver dúvidas ou quiser maiores detalhes, tem o direito de nos solicitar essas informações através dos nossos canais de comunicação (ver capítulo 7 desta Política).
- ✓ **Informação sobre a possibilidade de não consentir:** Permite que o titular tenha informações claras e completas sobre a possibilidade e as consequências de não fornecer consentimento. O consentimento do titular, quando necessário, deve ser livre e informado. Portanto, sempre que pedirmos o consentimento do titular, ele será livre para negá-lo, ainda que, nesses casos, é possível que tenhamos que limitar nossos serviços e negócios.
- ✓ **Revogação do consentimento:** O titular tem o direito de retirar o seu consentimento em relação às atividades de tratamento que se norteiam essa base legal. No entanto, isso não afetará a legalidade de qualquer tratamento realizado anteriormente. Se o titular retirar o seu consentimento, talvez não possamos fornecer determinados produtos e ou serviços.
- ✓ **Oposição:** A lei autoriza o tratamento de dados pessoais mesmo sem o consentimento do titular ou um contrato conosco. Nesse caso, é preciso demonstrar que há motivos legítimos para tratar os dados do titular, como, por exemplo, prevenir fraudes ou melhorar nossa comunicação com o titular. Caso o titular não concorde com esse tratamento, poderá se opor a ele, solicitando a interrupção.

Sempre que o titular exercer seus direitos, a MAGNI poderá solicitar informações complementares para fins de comprovação da sua identidade, buscando impedir fraudes.

Fazemos isso para garantir a segurança e a privacidade de todos titulares de dados pessoais. Ainda que algumas solicitações podem não ser respondidas de forma imediata, a MAGNI se compromete a responder todas as requisições em um prazo razoável e sempre em conformidade com a legislação aplicável.

Caso o titular tenha alguma dúvida sobre essas questões ou sobre como você pode exercer esses direitos, ele poderá entrar em contato com a MAGNI por meio dos nossos canais de comunicação (ver capítulo 7 desta Política).

6. NOSSAS RESPONSABILIDADES

Nossa responsabilidade é cuidar dos dados pessoais e utilizá-los somente para as finalidades descritas nesta Política. Para garantir a privacidade dos titulares e a proteção dos dados pessoais, a MAGNI adota práticas de segurança e governança adequadas para suas atividades, incluindo o uso de técnicas de criptografia e outros sistemas de segurança da informação. A MAGNI possui um programa de governança e privacidade, regras de boas práticas, políticas e procedimentos internos que estabelecem as condições de organização, regime de funcionamento, ações educativas, mecanismos de supervisão e de mitigação de riscos e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais. Promovemos treinamento e ações educativas aos colaboradores da MAGNI, bem como, buscamos avaliar cuidadosamente nossos parceiros comerciais e firmar com eles obrigações contratuais, de segurança da informação e proteção de dados pessoais, com o objetivo de minimizar riscos ao titular de dados.

A MAGNI compromete-se a elaborar o Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD), inclusive de dados sensíveis, referente à suas operações de tratamento de dados, conforme exigido pela LGPD, observados os segredos comercial e industrial.

A MAGNI trabalha para proteger a privacidade dos titulares e seus dados pessoais, mas infelizmente segurança total é algo que não depende apenas das nossas ações e processos. Entrada ou uso não autorizado de terceiros na conta de titulares, falha de hardware ou software que não esteja sob controle da MAGNI, e outros fatores podem comprometer a segurança dos dados pessoais. Por isso, a atuação de todos envolvidos no tratamento de dados pessoais é fundamental para a manutenção de um ambiente seguro para todos.

As partes interessadas podem nos ajudar adotando boas práticas de segurança em relação a sua conta e aos seus dados (como, por exemplo, não compartilhar sua senha com terceiros e alterando-a periodicamente), e caso o titular identifique ou tome conhecimento de algo que comprometa a segurança dos seus dados, poderá entrar em contato através de nossos canais de comunicação (ver capítulo 7 desta Política).

7. CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Os titulares se acreditarem que seus dados pessoais foram usados de maneira incompatível com esta Política ou com as suas escolhas pessoais, ou, ainda, se tiverem dúvidas, comentários ou sugestões relacionadas a esta Política, poderão entrar em contato a MAGNI através da Encarregada, que está à disposição nos seguintes endereços de contato:

- ✓ Site: <https://magnibrasil.com.br/lgpd/> (Canal de Comunicação).
- ✓ Telefone: +55 19 3783-9300.

8. DESCUMPRIMENTO DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A não observância dos preceitos desta Política poderá implicar na aplicação de sanções administrativas, cíveis e penais previstas na legislação em vigor que regule ou venha regular a matéria.

As penalidades administrativas serão aplicadas após a sua devida apuração em processo administrativo disciplinar, sendo observados critérios de gravidade e reincidência dos atos de violação cometidos a esta Política.

Na hipótese de violação desta Política ou dos procedimentos complementares, a Alta Direção determinará as sanções administrativas que serão aplicadas ao infrator, sendo que:

- a) Para os colaboradores, pode acarretar na aplicação de advertência e/ou suspensão ou desligamento formal conforme previsto no “Procedimento de Medidas Disciplinares (PR-07-04)”;
- b) Para os prestadores de serviços e fornecedores de produtos, pode acarretar na aplicação rescisória imediata do respectivo contrato estabelecido violado.